

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ALESSANDRA AZANHA**

**A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
APLICAÇÃO DO CPC nº 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE**

CURITIBA
2012

ALESSANDRA AZANHA

**A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
APLICAÇÃO DO CPC nº 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em MBA em Auditoria Integral.

Orientador: Prof.º Dr. Romualdo Douglas Colauto.

CURITIBA
2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): ALESSANDRA AZANHA

TÍTULO DO TRABALHO: A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA APLICAÇÃO DO CPC N° 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Trabalho atende os
critérios mínimos. Ainda busca
pouca orientação.

NOTA: 70 (sete)

) ASSINATURA:

Prof. Romualdo Douglas Colauto
Departamento de Contabilidade
Mat. 202087 - 15162532

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 70 (SETE)

) ASSINATURA:

CONCEITO FINAL: _____ ()

COORDENADOR DO CURSO: MAYLA CRISTINA COSTA

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVP – Ajuste a Valor Presente

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IASB - International Accounting Standards Board

IFRS - International Financial Reporting Standards

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	4
1.2 OBJETIVOS	5
1.2.1 Objetivo geral	5
1.2.2 Objetivos específicos	5
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	5
1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 CONCEITUAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE	8
2.2 MENSURAÇÃO	9
2.2.1 Relevância e Confiabilidade.....	10
2.2.2 Custo x Benefícios	11
2.3 VALOR JUSTO X VALOR PRESENTE	12
2.4 TAXA DE JUROS.....	13
2.5 APLICANDO O AJUSTE A VALOR PRESENTE	14
2.6 DIVULGAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	17
4 ANÁLISE DOS DADOS	17
5 CONCLUSÃO	18
6 REFERÊNCIAS.....	19
7 ANEXOS	20

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo contempla aspectos gerais sobre a aplicação do Ajuste a valor presente, além da descrição do programa de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos. Após mostrasse as justificativas para a realização do estudo. Por último descrevesse como a monografia será organizada.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O conceito de ajuste a valor presente foi introduzido pela lei 11.638 de 2007, a qual trouxe mudanças na legislação societária brasileira, objetivando, principalmente harmonizar as práticas contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS) –, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), órgão responsável pela elaboração dos padrões contábeis internacionais.

Os artigos da Lei 11.638 tratam dos critérios para de avaliação dos Ativos e Passivos das entidades. Rege que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Este assunto é melhor tratado através do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis nº 12, pois, o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis, dirimindo algumas questões controversas advindas de tal procedimento.

O Pronunciamento trata dos ativos e passivos a serem ajustados a valor presente, bem como dos cuidados com a escolha da taxa de desconto e do registro das contrapartidas dos ajustes.

A exigência legal da aplicação desta técnica se deu a partir de 2008, tornando as demonstrações contábeis das empresas cada vez mais próximas de sua realidade, pois os ativos não monetários, receitas e despesas são normalmente afetados por esses ajustes, com efeitos de redução dos mesmos (compra de imóveis a prazo, venda de ativos a médio e a longo prazo etc.); algumas vezes com

efeitos relevantes, não só no caso de certas transações na atividade imobiliária, mas em outras também.

Neste sentido o estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância e o impacto nas demonstrações contábeis da aplicação da CPC nº 12 – Ajuste a Valor Presente?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O Objetivo do estudo consiste em demonstrar a importância e o impacto nas demonstrações contábeis da aplicação do CPC nº 12 sobre Ajuste a Valor Presente.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Mostrar procedimentos contábeis e operacionais para a aplicação do Ajuste a Valor Presente do grupo de contas do Ativo e Passivo Circulante; e
- b) Demonstrar a aplicabilidade do Ajuste a Valor Presente;

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Lei 11.638 de 2007 trouxe uma série de mudanças significativas na legislação societária brasileira, com objetivo principal de harmonizar as práticas contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade.

Uma das normas para a harmonização das práticas contábeis é a aplicação do ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo, resultando na apresentação do valor dos itens patrimoniais mais harmônicos com a data de encerramento do exercício.

Sendo assim, considerando que os questionamentos acerca da aplicação do ajuste a valor presente são muito presentes no meio contábil, este estudo sintetiza as informações dispostas a respeito do assunto e visa mostrar a importância da aplicação do CPC nº 12 Ajuste a Valor Presente.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

No Capítulo 1 abordou-se o problema de pesquisa, seguido por seus objetivos e a justificativa do estudo.

No Capítulo 2, segue com a Fundamentação Teórica, a conceituação acerca do ajuste a valor presente, a sua mensuração, a diferença existente entre o valor justo e o valor presente, taxa de juros e exemplo da aplicação do ajuste a valor presente.

No Capítulo 3 aborda-se a metodologia utilizada; no Capítulo 4 encontram-se a análise dos dados e a descrição da amostra; no Capítulo 5 tem-se a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Algumas mudanças introduzidas pela nova legislação societária impactaram diretamente no patrimônio líquido e no resultado das empresas, ao aproximarem os números contábeis da realidade econômica. Dentre essas alterações, tornou-se obrigatória a realização do Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos circulantes e não-circulantes, quando existir efeito relevante.

O ajuste a valor presente tem a finalidade de demonstrar o valor em um momento presente de um fluxo de caixa futuro. Que pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos.

Através do processo de harmonização e convergência das práticas nacionais às normas contábeis previstas nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a qual é emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), a partir das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Brasil submeteu-se à adoção do Ajuste a Valor Presente.

Estão obrigadas ao cumprimento da Lei No. 11.638/2007:

“...as sociedades por ações e empresas consideradas de grande porte (sociedades com ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões)...”

Dentre os pronunciamentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Pronunciamento Técnico CPC nº.12, de 5 de Dezembro de 2008, trata do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo, o qual tem como principal objetivo estabelecer os requisitos a serem observados, para a elaboração de demonstrações contábeis. Este pronunciamento define um conjunto de práticas de divulgação e procedimentos realizados quando da aplicação do AVP, a ser cuidadosamente observados pelas companhias

2.1 CONCEITUAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE

De acordo com a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamento Conceitual Básico do CPC 12, em seu item 82, define assim reconhecimento:

“Reconhecimento é o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item que se enquadre na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento mencionados no item 83. Envolve a descrição do item, a atribuição do seu valor e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser registrados no balanço ou na demonstração do resultado. A falta de reconhecimento de tais itens não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas nem pelas notas ou material explicativo.”

Dessa forma conclui-se que a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos, ou seja, no momento em que ocorre a transação, se aplicável.

O CPC 12 apresenta que podem existir situações excepcionais onde o valor presente pode não ser reconhecido no momento inicial de ativos e passivos, como por exemplo, quando é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos. Neste caso, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. Essas situações são raras e são matéria para o julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis, onde normalmente o processo é tratado de forma prospectiva, isto é, sem ajustar ou rerepresentar os números divulgados anteriormente. Salienta-se que dependendo do caso, se o ajuste for proveniente de uma mudança em práticas contábeis, deverá ser considerado o exposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A Lei nº. 11.638/2007 incluiu o inciso VIII no artigo 183 da Lei nº. 6.404/1976, dispondo sobre os itens do Ativo:

“os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”

Já a Lei nº. 11.941/2009 alterou o inciso III do artigo 184 da mesma Lei nº. 6.404/76, dispondo sobre os itens do Passivo:

“...as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”

As alterações das informações de acordo com o valor presente são necessárias para o incremento ou redução dos valores registrados contabilmente, pois este proporciona a possibilidade correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados, e traz melhoria na forma pelo qual eventos presentes são reconhecidos.

A confiabilidade é uma das características qualitativas das demonstrações contábeis, e é imprescindível se atentar a ela no uso de estimativas e julgamentos dos ativos e passivos. Os métodos e os cálculos utilizados devem ser feitos sob condições ideais, para serem passíveis de verificação por terceiros. O pronunciamento menciona que as informações em relação ao uso de estimativas, bem como metodologia de aplicação do AVP devem ser claramente expostos nas demonstrações financeiras.

2.2 MENSURAÇÃO

As Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 12, definem que mensurar é saber “por quanto registrar” as informações contábeis. Como diretriz geral a serem observados, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características a seguir devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração do valor presente. São elas:

- (a) transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;
- (b) reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância

de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;

- (c) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo;

Para aplicar o conceito do valor presente e mensurar ativos e passivos deve-se levar em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Portanto, faz-se necessário considerar indexadores efetivos e projetados para calcular o fator de ajuste dos saldos considerando a expectativa futura, para posteriormente trazer os elementos ao valor presente. Com isso, as informações prestadas sobre o valor presente possibilitarão a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos escassos, uma vez que além de apresentar a realidade no momento presente, a projeção obriga as empresas a efetuar análises em relação ao futuro econômico, considerando as premissas presentes no mercado, segmento ou nicho operacional em questão.

Para a correta mensuração do AVP, deve-se incluir os fatos de incerteza e risco na mensuração contábil, na extensão e na medida possível, pois estas situações envolvem fatores externos, tais como o comportamento do mercado no que concerne a ativos e passivos com fluxos de caixa incertos.

2.2.1 Relevância e Confiabilidade

Conforme a NBC TG 12, trazer informações com base no valor presente de fluxo de caixa, causa discussões em torno de suas características qualitativas: relevância e confiabilidade e:

“...informar um valor, trazendo-o para a realidade, deve ser um exercício para aqueles que preparam e auditam as demonstrações contábeis...”

O julgamento da relevância do ajuste a valor presente de ativos e passivos a curto prazo deve ser exercido por esses profissionais.

A mensuração de um ativo e passivo a valor presente, pode ser obtida sem

dificuldades, caso se disponha de contratos com um grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado, porém, existem casos em que os fluxos de caixa e as taxas de desconto tenham que ser estimados com alto grau de incerteza. No segundo caso o peso dado para a relevância é maior que o dado para confiabilidade.

Com base no exposto, é importante que as empresas considerem, inicialmente, fatores que indicam a necessidade de um ajuste a valor presente, tais como transações futuras relacionadas a indexadores futuros. Posteriormente, com o conhecimento dessa necessidade, o coerente é analisar a relevância dos valores envolvidos, ou seja, se estas transações chegam a distorcer de forma significativa as informações apresentadas em relação àquelas que seriam apresentadas considerando o ajuste a valor presente. Analisando estes fatores, os responsáveis pela preparação e auditoria das demonstrações devem concluir quanto a necessidade ou não da realização de tal exercício.

2.2.2 Custo x Benefícios

Na elaboração de demonstrações contábeis utilizando informações com base no fluxo de caixa e no valor presente é importante ter em mente a análise do custos e benefícios, conforme o Pronunciamento Conceitual Básico deste CPC, em seu item 44, a seguir reproduzido:

“O equilíbrio entre o custo e o benefício é uma limitação de ordem prática, ao invés de uma característica qualitativa. Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, entretanto, em essência, um exercício de julgamento. Além disso, os custos não recaem, necessariamente, sobre aqueles usuários que usufruem os benefícios. Os benefícios podem também ser aproveitados por outros usuários, além daqueles para os quais as informações foram preparadas. Por exemplo, o fornecimento de maiores informações aos credores por empréstimos pode reduzir os custos financeiros da entidade. Por essas razões, é difícil aplicar o teste de custo-benefício em qualquer caso específico. Não obstante, os órgãos normativos em especial, assim como os elaboradores e usuários das demonstrações contábeis, devem estar conscientes dessa limitação.”

É importante analisar qual o custo para obter as informações, pois o mesmo deve ser menor que os benefícios que essas informações trarão. Dependendo do

custo dessas informações a entidade pode optar por traçar múltiplos cenários para estimar fluxo de caixa, recorrer a modelos mais sofisticados para chegar a uma taxa de desconto, ou ainda, adotar um método ou outro de alocação de juros. É importante salientar que os custos incorridos para obtenção de uma informação são mais identificáveis que os benefícios, mas, uma informação prestada pode alcançar inúmeros usuários e pode gerar benefícios por mais de um exercício social, ao passo que o custo de produzi-la é incorrido em único momento.

Outro fato relevante é que, no decorrer do tempo, ocorrem ganhos em termos de eficiência, considerando a frequência com que as informações serão prestadas.

2.3 VALOR JUSTO X VALOR PRESENTE

Verificamos na NBC TG 12 que a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara ao ativo ou ao passivo à seu valor justo. Dentre outras, o CPC 12 apresenta as definições de valor justo e valor presente:

“O valor justo pode ser entendido como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.”

“O valor presente é a estimativa de valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.

Complementando, o pronunciamento técnico menciona ainda que a distinção entre valor justo e valor presente deve ser realizada da seguinte forma:

“AVP: tem como objetivo efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Esse fluxo de caixa pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos (ou montante equivalente; por exemplo, créditos que diminuam a saída de caixa futuro seriam equivalentes a ingressos de recursos). Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados), data do referido fluxo financeiro e taxa de desconto aplicável à transação.”

“Valor justo: tem como primeiro objetivo demonstrar o valor de mercado de determinado ativo ou passivo; na impossibilidade disso, demonstrar o provável valor que seria o de mercado por comparação a outros ativos ou passivos que tenham valor de mercado; na impossibilidade dessa alternativa também, demonstrar o provável valor que seria o de mercado por utilização

do ajuste a valor presente dos valores estimados futuros de fluxos de caixa vinculados a esse ativo ou passivo; finalmente, na impossibilidade dessas alternativas, pela utilização de fórmulas econométricas reconhecidas pelo mercado.”

Valor justo e valor presente não são sinônimos, por exemplo, a compra financiada de um veículo por um cliente especial que obtenha taxa diferente daquela praticada no mercado para esse mesmo tipo de financiamento, faz com que o conceito de valor presente com a taxa característica da transação e do risco desse cliente leve o ativo, no comprador, a um valor inferior ao seu valor justo, nesse caso prevalece contabilmente o valor calculado a valor presente, inferior ao valor justo, por representar melhor o efetivo custo de aquisição para o comprador. Em contrapartida o vendedor reconhece o efeito do ajuste a valor presente do seu recebível como redução da receita, evidenciando que, nesse caso, terá obtido um valor de venda inferior ao praticado no mercado.

2.4 TAXA DE JUROS

Conforme mencionado na NBC TG 12, para ser definida a taxa de juros para fins de cálculo do AVP é importante verificar que, existem operações cuja taxa de juros é explícita a qual é conhecida no contrato da operação ou implícita que é desconhecida, mas embutida no preço inicial no ato da compra ou venda. Em ambos os casos, é necessário utilizar uma taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza da transação. No caso que a taxa de explícita o processo passa por uma avaliação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado. Quando a taxa estiver implícita, faz-se necessário considerar as taxas de juros correntes no mercado.

Para ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos devem ser mensurados pelo AVP no reconhecimento inicial e para ativos e passivos não monetários com juros embutidos, uma vez ajustados, não devem mais ser submetidos a ajustes subsequentes.

O cálculo de uma taxa de juros a ser aplicada como fator de ajuste a valor presente não é um procedimento simples. Para tanto, é necessário que o

responsável pelo processo tenha sensibilidade contábil e conhecimento de alguns casos para aplicação, o que muitas vezes envolve uma equipe multidisciplinar para análise de todo um contexto. Eventualmente pode ser considerada necessária a contratação de especialistas de mercado para tal avaliação; sempre mantendo em mente a relevância e significatividade de tais ajustes.

2.5 APLICANDO O AJUSTE A VALOR PRESENTE

Para informar um valor, trazendo-o para a realidade no momento presente, deve ser realizado primeiramente o julgamento da relevância do ajuste a valor presente de ativos e passivos á curto prazo, pois, conforme já mencionado anteriormente, o CPC 12 menciona que o ajuste a valor presente, normalmente será aplicado em operações que não serão liquidadas em curto espaço tempo, ou seja, operações de longo prazo que tenham efeito material para apresentação das demonstrações financeiras. Assim, o ajuste só deverá ser realizado caso seja relevante para as demonstrações financeiras, seja no curto ou longo prazo.

Conforme o manual de contabilidade – Fipecafi 2010, para determinar o valor presente é necessário conhecer:

- Valor do fluxo futuro; (o valor que será recebido ou pago futuramente).
- Data do fluxo financeiro; (tempo entre a data de vencimento e a data de fechamento em que está sendo calculado do AVP, geralmente nos fechamentos trimestrais, ou no encerramento do exercício, caso não seja aplicável as informação trimestrais).
- Taxa de desconto. (taxa a qual é utilizada para trazer um valor futuro ao seu valor presente. O ideal é que essa taxa reflita os juros compatíveis com as transações da empresa).

Para um melhor entendimento da aplicação do ajuste a valor presente, a seguir é ilustrado um exemplo aplicando os conceitos em duas contas onde frequentemente são identificados ajustes a valor presente. Para fins práticos foi criada uma modelo. Os grupos contábeis selecionados foram clientes e fornecedores.

Empresa: Amortecedores S/A.

Para fins de taxa de desconto para cálculo do AVP, foi utilizada a média da taxa de juros sobre captação de recursos, como empréstimos, parcelamentos, que a empresa mantém.

Para encontrar a média da taxa mensal de juros, foi utilizada uma planilha de apoio onde constam todos os empréstimos para os quais a empresa possui operações. Desta forma estima-se que a média da taxa mensal de juros é de 0,25%.

Foram utilizadas como base, as composições analíticas de fornecedores e de clientes com data-base de 29.02.2012, a qual também será utilizada como a data-base do fluxo financeiro para o cálculo. Para efeito de cálculo, observe que foi subtraída a data de vencimento dos títulos em relação à data-base em questão, chegando-se ao número de dias à vencer, ou quantidade de dias em que o título está vencido,

O cálculo do AVP foi realizado utilizando o valor futuro de recebimento para clientes e de pagamento para fornecedores, a taxa de desconto e o tempo do fluxo financeiro, conforme anexos. Após o cálculo foi constatado que a análise resulta em uma diferença entre o valor futuro e o valor presente de cada título.

No caso de Fornecedores a diferença foi de (R\$ 10.750) – vide detalhes no ANEXO I – pode-se considerar uma diferença significativa nas contas contábeis e, nesse caso, deve ser debitada a conta fornecedores (Passivo) e creditada a conta de receitas financeiras (Resultado), pois conforme menciona o CPC 25, os arts. 183 e 184 da Lei das Sociedades por Ações, alterados pela Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08 mencionam que estes ajustes têm relação direta com as transações de compra e venda que envolvem as contas do resultado do exercício.

Para o grupo de clientes a diferença encontrada foi de (R\$ 205.933) – vide detalhes no ANEXO II – que também é uma diferença significativa e, portanto, que deve ser ajustada nas contas contábeis, nesse caso, deve ser debitada a conta de despesas financeiras (Resultado) e creditada à conta clientes (Ativo).

2.6 DIVULGAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE

Quando há o ajuste a valor presente nas demonstrações financeiras devem ser evidenciadas em notas explicativas informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis obterem entendimento correto da mensuração à valor presente. Conforme item 33 do CPC 12, as informações apresentadas em notas explicativas devem conter:

- Modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos;
- Descrever sobre métodos de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- Finalidade da mensuração a valor presente;
- Informações consideradas relevantes.

Para que os usuários das demonstrações contábeis possam obter um melhor entendimento, do por que e como foi aplicado o AVP em determinadas contas, é necessário que exista uma descrição dos procedimentos e informações utilizadas. Conforme requerido pelas normas internacionais, esta descrição deve ser minuciosa, a fim de proporcionar entendimento suficiente àqueles que não participaram do processo de elaboração dos cálculos de ajuste.

Por meio de consulta de demonstrações financeiras publicadas, elaboramos um exemplo de apresentação do AVP em notas explicativas, quando ocorre a publicação das demonstrações financeiras, vide ANEXO III.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodológica utilizada para realização deste trabalho deu-se através de pesquisa bibliográfica, sobre os entendimentos e metodologias para aplicação do CPC nº 12 Ajuste a Valor Presente.

As análises foram causadas na CPC 12 que regulamenta a matéria, assim como através de consulta a sites dos órgãos regulamentadores das normas contábeis, pesquisas em livros, sites, revistas e artigos que abordavam o tema e exemplo prático da aplicação do AVP em um caso real.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia para a aplicação do Ajuste a Valor Presente, ainda gera muitas dúvidas no meio contábil, portanto, a pesquisa foi desenvolvida visando esclarecer os questionamentos a cerca do assunto.

Verificamos no estudo, que a aplicação do AVP no balanço patrimonial traz os saldos a valor presente tornando-os mais próximo da realidade.

5 CONCLUSÃO

A harmonização das normas contábeis internacionais, demonstra que a contabilidade no Brasil vem evoluindo, significando que os profissionais da área, cada vez mais devem estar se atualizando, se qualificando para acompanhar este anivelamento mundial.

A aplicação do ajuste a valor presente decorreu em alterações na história da contabilidade, pois a mesma faz com que a contabilidade possa ser utilizada com o cunho mais gerencial, pois, por exemplo, os juros embutidos nas compras a prazo acabam compondo itens do ativo e passivo trazendo distorções nas demonstrações contábeis das empresas.

O presente trabalho tornou possível o entendimento a respeito da aplicabilidade do conceito de Ajuste a Valor Presente, como ativos e passivos que devem ser reconhecidos e mensurados, quando e como devem ser, se há uma diferenciação entre operações a curto e longo prazo.

6 REFERÊNCIAS

CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, extraído do site:

www.cpc.org.br

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. FIPECAFI - Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo, Ed. Atlas, 2010.

Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 12, extraído do site:

<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-tg-12>

Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste a Valor Presente (AVP) pelas Companhias Listadas na BM&FBOVESPA, extraído do site:

<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/365.pdf>

Entendendo o Ajuste a Valor Presente – AVP, extraído do site:

<http://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2224057/entendendo-o-ajuste-a-valor-presente-avp>.

7 ANEXOS

ANEXO I

Composição analítica fornecedores em 29/02/12

Data base 29/02/2012

Data do Fluxo Financeiro

Fatura	Cód.	Fornecedor	Data Ven	Data Fat	Dias Vencidos (data vcto - data base)	Dias (< ou = a zero é zero)	Índice	Valor Total	Valor presente (- PV*índice*dias vencidos*valor total)	Ajuste (VP - VT)
123	1514	Freitas e CIA	21/10/2009	28/02/2012	-861	0	0,25%	8.731	8.731	-
124	1514	Mazur e CIA	21/10/2009	28/02/2012	-861	0	0,25%	2.530	2.530	-
125	1825	Silva e CIA	05/11/2011	29/02/2012	-116	0	0,25%	131	131	-
126	1834	Freitas e CIA	01/03/2013	29/08/2011	366	366	0,25%	2.237	897	-1.340
127	1834	Mazur e CIA	04/04/2013	19/09/2011	400	400	0,25%	366	135	-231
128	1834	Silva e CIA	03/05/2013	22/09/2011	429	429	0,25%	99	34	-65
129	1834	Freitas e CIA	10/05/2013	29/02/2012	436	436	0,25%	331	111	-219
130	1834	Mazur e CIA	22/06/2013	29/02/2012	479	479	0,25%	206	62	-144
131	1834	Silva e CIA	27/06/2013	29/02/2012	484	484	0,25%	91	27	-64
132	1834	Freitas e CIA	27/07/2013	29/02/2012	514	514	0,25%	92	25	-66
133	1554	Mazur e CIA	27/07/2013	06/05/2010	514	514	0,25%	175	48	-127
134	1554	Silva e CIA	27/07/2013	06/05/2010	514	514	0,25%	175	48	-127
135	1554	Freitas e CIA	27/07/2013	20/08/2010	514	514	0,25%	200	55	-145
136	1554	Mazur e CIA	24/08/2013	10/09/2010	542	542	0,25%	200	52	-148
137	1554	Silva e CIA	06/09/2013	01/11/2010	555	555	0,25%	200	50	-150
138	1554	Freitas e CIA	06/09/2013	11/11/2010	555	555	0,25%	200	50	-150
139	1554	Mazur e CIA	19/09/2013	11/02/2011	568	568	0,25%	250	61	-189
140	1554	Silva e CIA	02/10/2013	17/02/2011	581	581	0,25%	285	67	-218
141	1554	Freitas e CIA	02/10/2013	17/02/2011	581	581	0,25%	285	67	-218
142	1554	Mazur e CIA	01/11/2013	17/02/2011	611	611	0,25%	200	43	-157
143	1554	Silva e CIA	26/09/2013	22/09/2011	575	575	0,25%	200	48	-152
144	1554	Freitas e CIA	29/10/2013	29/02/2012	608	608	0,25%	77	17	-60
145	1554	Mazur e CIA	01/11/2013	29/02/2012	611	611	0,25%	106	23	-83
146	1554	Silva e CIA	07/11/2013	29/02/2012	617	617	0,25%	46	10	-36
147	1554	Freitas e CIA	14/11/2013	29/02/2012	624	624	0,25%	200	42	-158
148	1404	Mazur e CIA	15/11/2013	26/01/2012	625	625	0,25%	3.061	643	-2.418
149	1404	Silva e CIA	30/11/2013	03/02/2012	640	640	0,25%	980	198	-782
150	1404	Freitas e CIA	30/11/2013	27/02/2012	640	640	0,25%	972	197	-775
151	1563	Mazur e CIA	30/11/2013	01/02/2012	640	640	0,25%	152	31	-122
152	1563	Silva e CIA	06/12/2013	01/02/2012	646	646	0,25%	152	30	-122
153	1563	Freitas e CIA	17/12/2013	01/02/2012	657	657	0,25%	62	12	-50
154	1563	Mazur e CIA	19/02/2014	01/02/2012	721	721	0,25%	135	22	-112
155	1563	Silva e CIA	19/02/2014	03/02/2012	721	721	0,25%	62	10	-52
156	1563	Freitas e CIA	19/02/2014	03/02/2012	721	721	0,25%	152	25	-127
157	1563	Mazur e CIA	19/02/2014	03/02/2012	721	721	0,25%	943	156	-787
158	1563	Silva e CIA	19/02/2014	03/02/2012	721	721	0,25%	152	25	-127
159	1563	Freitas e CIA	27/02/2014	03/02/2012	729	729	0,25%	42	7	-35
160	2068	Mazur e CIA	27/02/2014	05/10/2011	729	729	0,25%	370	60	-310
161	2068	Silva e CIA	27/02/2014	28/02/2012	729	729	0,25%	39	6	-33
162	2068	Freitas e CIA	29/02/2012	28/02/2012	0	0	0,25%	39	39	-
163	2068	Mazur e CIA	28/02/2012	28/02/2012	-1	0	0,25%	31	31	-
164	24	Silva e CIA	07/03/2012	09/02/2012	7	7	0,25%	29	29	-1
165	24	Freitas e CIA	07/03/2012	09/02/2012	7	7	0,25%	4.824	4.740	-84
166	24	Mazur e CIA	21/03/2012	23/02/2012	21	21	0,25%	9.098	8.633	-465
167	24	Silva e CIA	21/03/2012	23/02/2012	21	21	0,25%	55	52	-3
168	1776	Freitas e CIA	11/04/2011	14/03/2011	-324	0	0,25%	48	48	-
169	1236	Mazur e CIA	12/03/2012	13/02/2012	12	12	0,25%	2.466	2.393	-73
170	1024	Silva e CIA	05/03/2012	23/02/2012	5	5	0,25%	2.255	2.227	-28
Total								43.730	32.979	-10.750

ANEXO II

Composição analítica contas a receber em 29/02/12

		Data base		29/02/2012					
Cliente	NFiscal Pc	T Dt Efet	Data Vencimento	Dias vencidos (data vcto - data base)	Dias (< ou = a zero é zero)	Índice	Valor Total	Valor presente (-PV(índice; dias vencidos;; valor total))	Ajuste (VP - VT)
Brasil Ltda	0128841	31/10/2008	21/10/2009	-861	0	0%	1.490	1.490	-
Toyota	0128851	31/10/2008	21/10/2009	-861	0	0%	244	244	-
Honda	19343	31/10/2008	05/11/2011	-116	0	0%	1.360	1.360	-
Renault	3715	25/02/2010	01/03/2013	366	366	0%	90	36	(54)
Peugeot	6612009	31/03/2010	04/04/2013	400	400	0%	1.340	494	(846)
Renault	4558	29/04/2010	03/05/2013	429	429	0%	2.999	1.291	(1.709)
Nissan	4630	06/05/2010	10/05/2013	436	436	0%	9.340	3.145	(6.196)
Iveco Fiat	5249	18/06/2010	22/06/2013	479	479	0%	49.645	15.292	(34.354)
Toyota	5310	23/06/2010	27/06/2013	484	484	0%	1.232	648	(583)
Toyota	5691	23/07/2010	27/07/2013	514	514	0%	3.011	1.124	(1.888)
Toyota	5692	23/07/2010	27/07/2013	514	514	0%	913	253	(660)
Toyota	5690	23/07/2010	27/07/2013	514	514	0%	32.645	9.335	(23.310)
Toyota	5690	23/07/2010	27/07/2013	514	514	0%	197	344	147
Toyota	6021	20/08/2010	24/08/2013	542	542	0%	594	450	(144)
Peugeot	6218	02/09/2010	06/09/2013	555	555	0%	870	518	(353)
Peugeot	6218	02/09/2010	06/09/2013	555	555	0%	5	301	296
Renault	6379	15/09/2010	19/09/2013	568	568	0%	900	521	(379)
Toyota	6553	28/09/2010	02/10/2013	581	581	0%	35.177	8.552	(26.625)
Toyota	6553	28/09/2010	02/10/2013	581	581	0%	212	356	144
Peugeot	01039313	28/10/2010	01/11/2013	611	611	0%	188	354	166
Renault	6468	22/09/2010	26/09/2013	575	575	0%	85	325	240
Renault	6959	25/10/2010	29/10/2013	608	608	0%	15.493	3.707	(11.786)
Renault	7019	28/10/2010	01/11/2013	611	611	0%	13.089	3.160	(9.930)
Renault	7085	03/11/2010	07/11/2013	617	617	0%	49.098	10.834	(38.264)
Renault	7209	10/11/2010	14/11/2013	624	624	0%	480	417	(63)
Renault	7219	11/11/2010	15/11/2013	625	625	0%	768	477	(291)
Iveco Fiat	7467	26/11/2010	30/11/2013	640	640	0%	2.864	899	(1.966)
Iveco Fiat	7468	26/11/2010	30/11/2013	640	640	0%	141	348	207
Peugeot	7459	26/11/2010	30/11/2013	640	640	0%	1.573	637	(936)
Nissan	7546	02/12/2010	06/12/2013	646	646	0%	59	332	273
Peugeot	7701	13/12/2010	17/12/2013	657	657	0%	981	513	(468)
Toyota	02/03/1923	15/02/2011	19/02/2014	721	721	0%	213	369	156
Toyota	09/03/1923	15/02/2011	19/02/2014	721	721	0%	4.502	1.078	(3.424)
Toyota	09/03/1923	15/02/2011	19/02/2014	721	721	0%	27	338	311
Toyota	18/03/1923	15/02/2011	19/02/2014	721	721	0%	30.756	5.416	(25.339)
Toyota	18/03/1923	15/02/2011	19/02/2014	721	721	0%	186	365	179
Toyota	25/07/1923	23/02/2011	27/02/2014	729	729	0%	20.733	3.694	(17.039)
Toyota	28/07/1923	23/02/2011	27/02/2014	729	729	0%	1.916	646	(1.271)
Toyota	29/07/1923	23/02/2011	27/02/2014	729	729	0%	608	434	(175)
Totais							286.027	80.094	(205.933)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

1. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Determinação do ajuste a valor presente

Os elementos ativos e passivos quando aplicáveis e relevantes foram trazidos ao seu valor presente considerando os prazos e taxas das referidas transações.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente foram:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo. O Grupo realizou cálculo do valor presente para as vendas com prazo de recebimento superiores a 360 dias. A taxa de desconto utilizada pela administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 0,25% e é baseada na taxa média da taxa de juros sobre captação de recursos, como empréstimos, parcelamentos, que a empresa mantém. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Fornecedores. O Grupo realizou cálculo do valor presente para as compras com prazo de pagamento superiores a 360 dias. A taxa de desconto utilizada pela administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 0,25% e é baseada na taxa média da taxa de juros sobre captação de recursos, como empréstimos, parcelamentos, que a empresa mantém.